

## **TOLERÂNCIA SOCIAL OU TOLERÂNCIA EMPRESARIAL?**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 21.06.1983

O senador Roberto Campos sugeriu em seu recente discurso no Senado que o FMI, ao impor programas econômicos de “austeridade”, tem como limite de suas propostas recessivas “a tolerância social” do país devedor. Os banqueiros internacionais e muitos empresários brasileiros de visão curta costumam também revelar preocupação quanto à possibilidade de as medidas recessivas, ao provocarem aumento do desemprego, levarem a uma convulsão social e à desestabilização do regime. Para eles, portanto, da mesma forma que para o senador do PDS e para o FMI, o limite das medidas recessivas seria a tolerância social da população.

Esse tipo de análise conservadora tem seus atrativos. Revela da parte de quem a exprime uma “preocupação social” aparentemente muito saudável. Na verdade, entretanto, é uma forma extremamente perigosa de legitimar as políticas fortemente recessivas que estão sendo impostas ao Brasil, inclusive através do último “pacote antiinflacionário”, e que ameaçam liquidar com a indústria deste país.

A razão para isto é simples. A tolerância social de um povo não diminui mas dentro de uma ampla faixa aumenta quando crescem as taxas de desemprego. A recessão e o desemprego enfraquecem ao invés de fortalecerem os trabalhadores organizados. E a possibilidade de uma convulsão social espontânea é limitada, podendo ser sempre controlada através de uma ação policial repressiva enérgica.

Por isso, se formos limitar as medidas recessivas e anti-inflacionarias apenas a essa capacidade de tolerância social e política, poderemos deixar o FMI e as nossas autoridades econômicas locais irem muito longe em suas medidas recessivas.

Sem dúvida existe a possibilidade de uma ruptura do tecido social. Mas essa ruptura irá acontecer não a curto mas a médio prazo, depois de o tecido econômico, ou seja, a indústria brasileira, ter sido destruída. A grande injustiça que pesa hoje sobre o povo brasileiro é sem dúvida o desemprego. A grande ameaça que passa sobre a sociedade brasileira, entretanto, não é a convulsão social, mas a ruptura econômica, a desindustrialização do Brasil, sua argentinização, sua condenação a longo prazo ao subdesenvolvimento.

Se uma rápida recessão re-equilibrasse as contas externas do Brasil e resolvesse sua inflação, nada haveria a objetar a ela. O que está em jogo, entretanto, não é uma recessão de ajustamento, mas a estagnação a longo prazo da economia brasileira. A tolerância do povo brasileiro é grande, muito maior, infelizmente, do que pretende o senador Roberto Campos. A tolerância da estrutura industrial brasileira, entretanto, é pequena. A liquidação de nosso parque industrial e da classe média que surgiu com ele é uma ameaça cada vez mais imediata e mais concreta. Resta esperar, portanto, que também “a tolerância empresarial”, ou seja, a tolerância dos responsáveis pela estrutura industrial do Brasil seja pequena, de forma que não apenas trabalhadores mas também os empresários e administradores possam resistir aos cortes irracionais de despesas públicas, pretendidamente antiinflacionários, mas que na verdade são apenas recessivos e desindustrializantes.(21/06)